

HABEAS CORPUS Nº 515.299 - PR (2019/0167727-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PAULA GREIN DEL SANTORO - PR058146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ROBERTO DE CAMPOS (PRESO)

DECISÃO

ROBERTO DE CAMPOS alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que denegou o HC n. 6280-05.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 11 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que deve ser concedido ao acusado o **direito de recorrer em liberdade**, porquanto a segregação cautelar foi baseada em fundamentação genérica. Assegura que "os antecedentes criminais do agente devem ser analisados pelo juiz de direito no que tange a primeira fase da dosimetria da pena, e não para a decretação da prisão preventiva" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a custódia preventiva.

O pedido urgente não comporta acolhimento.

O Juiz sentenciante decretou a prisão preventiva do acusado, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade, sob os seguintes fundamentos (fls. 24-25, destaquei):

A pena aplicada supera a marca dos 4 (quatro) anos de privação de liberdade (art. 313, I, do CPP).

Com a sentença penal condenatória, não mais se discute sobre a materialidade e a autoria (art. 312, *caput*, parte final, do CPP).

No que se refere à primeira parte do caput do art. 312 do CPP, destacam-se a ordem pública e a aplicação da lei

penal.

O sentenciado possui anotações penais diversas, relacionadas a violência contra a mulher e, ainda, contra o patrimônio. Ademais, Isaías Machado Garcia apontou que o acusado (e a vítima também) tem envolvimento com o tráfico de drogas.

Nessas condições, **o homicídio objeto desta sentença não encerra episódio isolado na trajetória do acusado**, o que demonstra que, se em liberdade estiver, persistirá nesse tipo de comportamento. A fim de evitar a reiteração, a segregação é necessária.

Sob outro aspecto, **o réu permaneceu longo período foragido. Somente foi localizado por ocasião do cumprimento do mandado de prisão. Novamente liberado, desta feita por força do argumento de excesso de prazo, apesar de ter comparecido para julgamento, tão logo interrogado deixou este plenário.** Embora, para todos os efeitos, estivesse solto, a sua saída ocorreu diante da notícia de que lhe poderia ser decretada prisão preventiva e, também, do entendimento deste Juízo quanto ao imediato cumprimento das condenações efetivadas pelo Conselho de Sentença.

Não pretende, pois, a exemplo do comportamento que antes adotou, prestar contas de seus atos à Justiça, em manifesto prejuízo à aplicação da lei penal.

De remate, num juízo de necessidade e de adequação (art. 282, I e II, do CPP), nenhuma cautelar diversa surtiria efeito. Todas seriam inócuas.

Decreta-se, assim, a prisão preventiva do acusado, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Desse modo, verifico, a um primeiro olhar, a indicação de fundamentos suficientes para justificar a necessidade da custódia preventiva, diante da **reiteração criminosa**, elemento indicativo da habitualidade e do profissionalismo na conduta delitiva.

Com efeito, este Superior Tribunal tem, reiteradamente, decidido que o fundado receio de reiteração delitiva enseja a custódia preventiva para a garantia da ordem pública. Exemplificativamente:

[...] 1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art.

312 do Código de Processo Penal.

2. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. Na espécie, a custódia cautelar foi mantida para o resguardo da ordem pública, em razão da periculosidade concreta dos agentes, cujas folhas de antecedentes registram prática reiterada de delitos.

3. Recurso a que se nega provimento.

(RHC n. 57.068/BA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 23/4/2015).

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste *writ*.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**